



Transinformação

ISSN: 0103-3786

transinfo@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas
Brasil

de AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier
A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica
Transinformação, vol. 20, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 47-58
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384353962005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica

An approach of the concept as a semiotic structure

Carlos Xavier de AZEVEDO NETTO¹

RESUMO

O presente trabalho parte da consideração de que qualquer prática informacional possui uma estruturação que viabiliza a transferência da informação e a sua efetivação enquanto conhecimento. E essa efetivação realiza-se a partir da estruturação e uso de conceitos. Considerando-se que essa estruturação se dá no nível discursivo de cada comunidade informacional, utiliza-se a noção de discurso fundada em Foucault (1996). Para discutir a troca de informação, utilizou-se dos aportes teóricos de Dalhberg (1978a, 1978b); para a teoria do conceito, de Cassirer (1977); Foucault (1992) e Gardin (1992), na discussão da representação. Assim, a conceitualização e compartilhamento das representações sociais fazem com que seja necessário o entendimento do papel dos conceitos dentro da formação simbólica e discursiva, em um processo de transferência da informação em uma determinada comunidade. Para tanto, discute-se a formação e prática do discurso, sob o ponto de vista da teoria semiótica de Peirce (1977) e se propõe a análise da entidade conceito como estrutura semiótica.

Palavras-chave: formação de conceitos; semiótica, representação; transferência da informação.

ABSTRACT

The present work uses the premise that all informational practice has a structure that makes possible the transference of the information and its effectiveness as knowledge. And such effectiveness is given from the structure and the use of concepts. Considering that the structure is given in a discursive level of each informational community, it is used the notion of speech established by Foucault (1996). To discuss the information exchange, it was used the theoretical subsidy of Dalhberg (1978a, 1978b), on the concept theory, Cassirer (1977), Foucault (1992) and Gardin (1992) in the representation discussion. Thus, the conceptualization and sharing of the social representations, make it necessary the understanding of the role of the concepts within the symbolic and discursive constitution, in a transference process of the information in a specific community. In such a way, it is discussed the constitution and practice of the speech, under the semiotics point of view of Pierce (1977) and an analysis of the entity concept is proposed as a semiotic structure.

Keywords: concepts constitution; semiotics, representation; transfer of information.

¹ Doutor em Ciência da Informação. Docente, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Universidade Federal da Paraíba. Cidade Universitária, Castelo Branco, 58059-900, João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: <xaviernetto@pesquisador.cnpq.br>. Recebido em 7/5/2007 e aceito para publicação em 13/11/2007.

INTRODUÇÃO

Atualmente, duas temáticas estão ganhando espaço na discussão teórica da inserção social da informação, que são as formas de representação e transferência da informação. Nesse sentido, toda e qualquer prática informacional, quer seja no âmbito das ciências, das artes ou mesmo do cotidiano, possui uma estruturação que viabiliza a transferência da informação e a sua efetivação. Essa estruturação dá-se no nível discursivo de cada comunidade informacional, estabelecendo suas normas e nexos de viabilização do fluxo informacional. Para efetivação desse fluxo informacional faz-se necessário que a informação passe por um processo de representação que seja passível de significação, em processos que são discutidos por Cassirer (1977) e Gardin (1992).

Para que essa troca de informação se torne efetiva, deve estar intimamente relacionada com os processos e instrumentos de representação que foram construídos para esse fim (Foucault, 1992/1996). Assim, a conceituação e compartilhamento das representações sociais fazem com que seja necessário o entendimento do papel dos conceitos dentro da formação discursiva e do processo de transferência da informação em uma determinada comunidade. Para tanto, discute-se a formação e prática do discurso, sob o ponto de vista da teoria semiótica de Peirce (1977) e analisa-se a entidade conceito como estrutura semiótica, por meio da equiparação entre os elementos constitutivos do conceito e os do signo, enquanto estruturas de representação.

CONCEITO COMO REPRESENTAÇÃO

No discurso científico, os conteúdos variam de área para área, de disciplina para disciplina, mas, voltados à busca do conhecimento, seu compartilhamento e disseminação estão presentes de maneira marcante, ato que se dá na inserção no contexto² do espaço/tempo. Essa questão é trabalhada por Cassirer (1977, p.31), que entende que o homem é um animal simbólico, cuja ação no mundo se dá nos vértices do espaço e do tempo, e cujo conhecimento de si mesmo e do mundo se dá pela representação,

que se distingue da simples prática. O referido autor contrapõe as apreensões concretas (a manipulação prática) e as teóricas (a representação), argumentando:

O conhecimento inclui e pressupõe a representação. A representação de um objeto é um ato muito diferente de seu simples manuseio. [...] Para representarmos alguma coisa não basta manipulá-la corretamente e utilizá-la com finalidades práticas. Precisamos ter uma concepção geral do objeto e considerá-lo de ângulos diferentes, a fim de descobrir-lhe a relação com outros objetos; e localizá-lo determinando sua posição em um sistema geral.

A partir dessa ótica, conclui-se que o conhecimento científico se dá pelas representações da realidade construídas com o objetivo de manipulação e interpretação dos dados. Essas formas de representação devem ser consideradas para se entender o que pode ser validado ou não. O processo de validação refere-se ao grau de verdade que possui, fornecido pela potência de testabilidade internalizada em cada interpretação, como foi demonstrado e discutido por Popper (1972).

A representação assume cada vez mais importância dentro de círculos especializados de conhecimento. Essa faceta é bem observada quando nos deparamos com duas formas de inovações, as tecnológicas e as de hábitos lingüísticos, recentemente ocorridos, considerando-se que:

[...] as mais visíveis são as inovações tecnológicas: todos nós temos consciência das projeções dos cientistas da informação, que predizem o fim dos documentos impressos e bibliotecas, consideradas caminhos anacrônicos de comunicação, em benefício do sistema de processos de informação de conhecimento (KIPS), sob esta designação ou outra, fornecendo formas mais eficientes e custos mais baixos ao acesso ao conhecimento especializado (veja, por exemplo, Kilgour 1984). Um outro tipo de inovação, menos espetacular, mas muito mais radical, tem a ver com os nossos hábitos lingüísticos. Podemos ainda observar, em um discurso de universo restrito, a aparição de for-

² Entendendo como contexto o jogo de circunstâncias sócio-culturais que se dão no âmbito do espaço e do tempo.

mas “artificiais” de expressões simbólicas, como substitutas para expressões simbólicas consideradas como “naturais”, apenas em virtude do fato de estarem proximamente relacionadas à linguagem natural ou a “uma outra” (Gardin, 1992, p.100).

Segundo Foucault (1992), a classificação inicia-se sob um prisma cartesiano, em que a relação entre as coisas e suas representações não são mais vistas como consequência única da primeira, não mais como algo *a priori*, mas como um *constructo*. Instaura-se aí o conceito de Estrutura, como ligação íntima na produção do significado, cujo fundamento é a supremacia do olhar sobre os demais sentidos, instalando uma relação não-instrumental entre as coisas e os olhos.

Buscando maior precisão e eficiência dos instrumentos de representação, procura-se eliminar os atritos entre a linguagem e a coisa a ser representada por meio da construção de uma relação a mais simétrica possível entre descrição e objeto e da proposição de significado e representação que ela exprime, que se dá pela estrutura. Tais deslocamentos, segundo Foucault (1992), ensejam a substituição progressiva entre Anatomia e classificação como mecanismo de representação e o surgimento do conceito de caráter. O que confere valores designativos no tempo e no espaço onde a designação ocorre, visando assegurar a articulação entre a designação certa e a derivação controlada.

Os sistemas de representação que os discursos das ciências constroem mantêm relação estrita com as construções discursivas desse mesmo pesquisador. Sua fundamentação estaria, portanto, inserida nos pressupostos apresentados por Foucault (1996), que afirma que a estrutura do discurso se dá com base em procedimentos de exclusão - caracterizando-os de acordo com as formas de atuação específica - que atuam no exterior dos discursos. O primeiro é o princípio de interdição, que circunscreve o discurso a regiões delimitadas e bloqueadas por instâncias das mais diversas naturezas, ligando-o a questões de desejo e poder. O segundo princípio é o da separação, em que o discurso tem uma atuação de separação entre os membros de um grupo: “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação” [...]

(Foucault, 1996, p.11). É segundo esse princípio que se dá a separação entre o verdadeiro e o falso, de acordo com as estruturas das palavras e com quem as pronuncia.

Um outro princípio de exclusão é denominado de vontade de verdade, sendo considerado como:

[...] uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar, certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) e o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. (Foucault, 1996, p.16)

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como pedagogia, é claro, como sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios, os laboratórios de hoje [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (Foucault, 1996, p. 17)

Dentre os três princípios de exclusão identificados, o mais perene e que atinge maior amplitude é o de vontade de verdade. Enquanto os princípios anteriores tiveram as suas ocorrências delimitadas espacial e temporalmente, a vontade de verdade ultrapassa os limites do espaço e do tempo. Isso porque tem sua base na organização e institucionalização dos saberes dentro de estruturas sociais distintas e específicas. Mas ao mesmo tempo, ela é que se apresenta de forma mais dissimulada, deixando suas ações de exclusão vinculadas a papéis socialmente institucionalizados, agindo no exterior das formas discursivas, como consequência da própria ação do discurso.

Quanto aos procedimentos internos de exclusão, tem-se em primeiro lugar o *comentário*, como sendo o mecanismo em que os desnivelamentos de todos os discursos provocam duas instâncias distintas. A primeira instância de discursos refere-se aos *fundamentais ou criadores*, e a segunda àqueles que comentam os

primeiros, resultando como produto desse deslocamento a possibilidade de criação de novos discursos significantes. Com referência ao desnivelamento daí resultante, ocorre que:

O desaparecimento radical deste desnivelamento não pode ser nunca senão um jogo, utopia ou angústia. Jogo, à moda de Borges, de um comentário que não será outra coisa senão a reaparição, palavra por palavra (mas desta vez solene e esperada), daquilo que ele comenta; jogo, ainda, de uma crítica que falaria até o infinito de uma obra que não existe. (Foucault, 1996, p. 23)

Um outro princípio identificado é o da *rarefação*, complementar ao primeiro, e centrado na figura do autor, que desempenha o papel de unidade e origem das significações. A relação entre esses dois princípios é dada da seguinte forma:

O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de identidade que tem a forma da individualidade e do eu. (Foucault, 1996, p. 29)

No caso mais evidente das ciências, um outro princípio aparece, que é o da disciplina. Esse princípio, também relativo e móvel, estabelece estado de “de vir”. Uma disciplina não é a totalidade de proposições verdadeiras sobre algo, nem mesmo o conjunto de proposições aceita, e o que se aceita em certo horizonte teórico, mas estar inscrita “no verdadeiro” (Canguilhem³ apud Foucault, 1996, p.34). O surgimento das disciplinas vai opor-se aos princípios do comentário e do autor, isso porque:

[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de

instrumentos; tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. Mas o princípio da disciplina se opõe também ao do comentário: em uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados (Foucault, 1996, p.30).

Em sua análise do discurso, Foucault identifica um terceiro grupo de procedimentos de controle das estruturas discursivas, que se detém em tratar das condições de seu funcionamento, impondo aos indivíduos que dele fazem uso certas regras, restringindo o acesso a ele, promovendo uma rarefação de seus indivíduos falantes. Como figuras desses princípios estão a troca, a comunicação e o agrupamento, cuja interação formaliza uma determinada sucessão de situações que podem ser chamadas *ritual*⁴. É o ritual que define o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, nos quais reside a eficácia dos efeitos das palavras e os limites de seu valor de coerção.

Nesse conjunto é que aparecem as “sociedades de discurso” (Foucault, 1996, p.39). Essas sociedades são definidas como as instâncias de produção e conservação de discursos, que circulam em espaços fechados, distribuídos de acordo com regras restritas, sem que haja o afastamento de seus detentores da distribuição. Um outro sistema que é identificado é o chamado de *doutrinas*, que à primeira vista se opõem às sociedades do discurso, já que, aparentemente, não excluiria os seus indivíduos falantes. Esse sistema é mais flexível, não obstruindo a entrada dos falantes, ligando-os a certos enunciados de reciprocidade. Assim, a doutrina submete os sujeitos que falam ao discurso e ao grupo dos indivíduos que falam:

[...] a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro. Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam

³ CANGUILHEM, G. *Connaissance de la Vie*. 2ed. Paris, 1965.

⁴ Que pode ser entendido como o conjunto de mecanismos que irão definir a qualificação dos indivíduos que terão acesso ao discurso, conforme apresentado por Foucault (1996).

os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis; a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrinários, eles lhes pertencem fundamentalmente. Mas, inversamente, a doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia [...] (Foucault, 1996, p.42).

Assim, a estrutura discursiva implica a existência de um sujeito fundante desse mesmo discurso, como é considerado no aspecto simbólico por Cassirer (1977). É ele que funda os horizontes de significação de que o discurso, e seus mecanismos, dispõem para sua constituição, e é onde as proposições da ciência e os seus conjuntos dedutivos encontram sentidos, já que é esse o sujeito que dispõe os signos para a formação dos discursos. Então o discurso nada mais é do que um jogo de escritura, para os princípios de exclusão externos, de leitura, para os internos, e de troca no terceiro tipo de princípios, considerando-se que essas três facetas põem somente em jogo o signo, instaurando assim a ordem do significante.

Os princípios de classificação e de representação assumem tal importância na esfera desses discursos que, em seu momento inicial, chega-se a restringir os processos científicos às atividades de representação e classificação do segmento do mundo real em que seus objetos eram constituídos. O destaque chega a tal ponto que, mesmo no momento embrionário da noção moderna de ciência, a própria classificação, enquanto uma forma de representação, é aplicada aos próprios discursos científicos, de modo a criar e delimitar suas fronteiras epistêmicas (Mendonça de Souza, [2000], p.94).

Na ótica da Ciência da Informação, a noção de representação é muito aproximada da noção de classificação, visto que esses dois conceitos estão voltados para formas de organização da informação e do conhecimento. Isso leva a uma relação muito estreita de um dos conceitos de informação com o conceito de representação.

É possível compreender a informação em geral como algo que é colocado em forma, em or-

dem. A informação significa a colocação de alguns elementos ou partes - sejam eles materiais, ou não materiais - em alguma forma, em algum sistema classificado; significa a classificação de alguma coisa. Sob esta forma geral, a informação é também a classificação de símbolos e de suas relações, seja a organização dos órgãos e funções de um ser vivo ou a organização de um sistema social qualquer ou de qualquer outra comunidade em geral (Zeman, 1970, p.156).

Nessa perspectiva, a classificação, enquanto meio de representação do conhecimento, pode ser considerada como um modelo, já que subentende a criação, ou a identificação, de estruturas que representam determinados segmentos da realidade, que podem ser chamadas de facetas (Vickery, 1960). Entendendo que o modelo:

[...] pode ser uma teoria, uma lei, uma hipótese ou uma idéia estruturada. Pode ser uma função, uma relação ou uma equação. Pode ser uma síntese de dados. [...], pode incluir também argumentos sobre o mundo real por meio de representações no espaço (para produzir modelos espaciais) ou no tempo (para produzir modelos históricos). [...] Assim, o modelo é uma estruturação simplificada da realidade que supostamente apresenta, de forma generalizada, características ou relações importantes. Os modelos são aproximações altamente subjetivas, por não incluírem todas as observações ou medidas associadas, mas são valiosos por obscurecerem detalhes acidentais e por permitirem o aparecimento dos aspectos fundamentais da realidade. Essa seletividade significa que os modelos têm graus variáveis de probabilidade e amplitude limitada de condições sobre as quais se aplicam (Chorley; Haggett, 1975, p.3-4).

No âmbito da Ciência da Informação essa preocupação é notada nos trabalhos de organização do conhecimento (Dahlberg, 1978a, 1978b) e dos estudos de análise de assuntos (Hørjland; Albrechtsen, 1995). Principalmente voltada para a representação do conhecimento e a elaboração de mecanismos de

recuperação da informação, a questão da representação também está presente em toda a teoria da classificação e na elaboração de instrumentos de representação do conhecimento, tais como CDD, CDU ou PMEST.

Considera-se, inicialmente, a representação como a forma como o homem se relaciona com o seu entorno. E essa forma, em si, como um processo que é arbitrário, individual e socialmente aceito, de seleção e atribuição de sentido e valor, a criações mentais feitas a partir de coisas observadas no mundo real (Dodebei, 1997). Efetivando-se sob o prisma do observador do real e, tendo-se em mente o processo informacional, ela é vista a partir tanto do produtor como do receptor da informação. Nesse âmbito, para Jardim (1994, p.98), a representação é representação social, e é entendida como “[...] as concepções, imagens, visões de mundo que os atores produzem e consomem no âmbito de práticas sociais diversas em um tempo e espaços determinados”.

Em alguns estudos, a representação passa a ser vista dentro de um processo comunicacional. Sob esta perspectiva, o conceito:

[...] é retomado por Dahlberg para representar a unidade de conhecimento padrão em um sistema de transferência de conhecimento. A geração de um conceito é obtida pelo processo de predicação de um objeto denominado referente [...] Assim, qualquer predicação sobre um referente fornece uma característica do conceito daquele objeto. A soma total de predicações possíveis comporá a soma total das características do conceito, determinando, assim, seu conteúdo (Dodebei, 1997, p.73).

Dessa forma, relaciona-se a formação de conceitos como um ato que é socialmente aceito e que se dá por meio e dentro de um processo de comunicação, conforme nos fala Peirce (1977), o que aproxima a idéia de formação do conceito à idéia de semiose:

Os conceitos são, desta forma, entendidos como unidades de conhecimento. Do ponto de vista epistemológico, o conceito pode ser analisado segundo ações mentais, ou seja a habilidade da mente em comparar algo novo com conhecimento adquirido. Esse tipo de conhecimento subjetivo necessita tornar-se acessível e

verificável, explícito, objetivo (Dodebei, 1997, p.73).

Como a construção do conhecimento se dá por meio da representação, enquanto um modo de interação do ser simbólico com o real, esta relação constrói-se em três *loci* distintos e consecutivos. Esses três *loci*, ou momentos do conhecimento foram denominados por Gonzalez de Gómez (1993) como momento ontológico, gnosiológico e semiótico, respectivamente. De acordo com a autora, o momento ontológico se caracteriza pela *intuição* do intelecto, em uma relação interior e ontológica, operando na intensidade qualitativa. Já o momento gnosiológico é dado pela unidade orgânica do homem com o mundo, por meio da construção experimental e documentária da prova, por meio da representação, onde toda sua experiência é organizada com base nessas representações do real.

Quanto ao momento semiótico, que afirma que o solo onde se dá a construção do conhecimento é o signo, sabe-se que:

O passo das filosofias da consciência às filosofias da linguagem e o conhecimento do signo do papel coadjuvante de instrumento a seu novo papel de locus do conhecimento pareceriam suturar a fenda que a modernidade instalara entre o objeto e o sujeito.

As novas premissas, que agregam no domínio do signo tanto as práticas heterológicas dos múltiplos sujeitos quanto a diversidade dos campos de construção do objeto do conhecimento, alegam também os domínios da questão da representação do conhecimento (Gonzalez de Gomez, 1993, p.220).

Para a questão do signo como representação e a representação como signo, pode-se dividir o ato da representação em dois tipos básicos, de acordo com Santaella e Nöth (1998): a representação mental - que abrange as representações internas do dispositivo do processo informativo, quando há processos intra-subjetivos de pensamento e memória - e as representações públicas - que são externas ao dispositivo informativo e presas à ocorrência de processos inter-subjetivos, em que as representações de um sujeito afetam as de outro, por meio de modificações em seus ambientes comuns. Assim, aproximando-se da definição de informação proposta por Belkin e Robertson (1976).

A inserção da História como elemento desse processo⁵ passa a inserir o signo em sua dinâmica e uso. O significado, então, é construído a partir do uso que lhe é conferido e do contexto de seu usuário. Com isso, observa-se o emprego da hermenêutica na construção dos sentidos, como é colocado por Gardin (1992). Desse modo, a representação não seria homogeneamente reduplicada, fator que lhe conferiria uma analogia com o conceito de *Semiose Ilimitada*⁶ (Eco, 1980, p.60), que ocorre na esfera do interpretante, podendo ser definida como a instância onde se dá a construção do significado.

Os Componentes dos Conceitos

Para o entendimento dessa relação faz-se necessária a identificação, análise e crítica desses processos de construção do conhecimento de uma determinada área. A identificação e análise desse processo são fundamentais, de acordo com Dahlberg (1978a, 1978b), para a análise de conceitos, e em Hjørland e Albrechtsen (1995), para a análise de domínio. Assim, a construção dessas representações também levará em conta o que são consideradas *informação central*, *informação marginal* e *pseudo-Informação*, como foi discutido por Jaenecke (1994), sobre o conhecimento. As representações aqui consideradas são aquelas denominadas de conceitos, enquanto unidade de conhecimento (Dahlberg, 1978a). Todo conceito é referido por um objeto - quer ele seja individual, quer ele seja geral, conforme Dahlberg (1978c) -, e que teria como paralelo a noção de *tipo*⁷, oriunda da Arqueologia.

De acordo com a teoria dos conceitos, definida por Dahlberg (1978c), a construção de conceitos deve possuir uma lógica interna que permita depreender a sua unidade representacional. Para tanto, os conceitos devem ser construídos, em função de sua precisão, a partir de enunciados aceitos como verdadeiros. Definindo a formação de conceitos como:

[...] a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é construído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, [...] (Dahlberg, 1978c, p.102).

Os conceitos estabelecem uma série de relações entre si que podem ser divididas como: relações lógicas, hierárquicas, partitivas, de oposição e funcionais (Dahlberg, 1978c). Por relação lógica entende-se a posse de características comuns que são logicamente possíveis. Como relações hierárquicas, aquelas que são estabelecidas entre dois ou mais conceitos, em uma ordenação hierárquica, como o caso dos conceitos de fase e tradição. Por relações partitivas, quando um dos conceitos envolvido na relação representa parte de outro. Para a relação de oposição entre conceitos, ocorre a negação de um pelo outro. E no que toca às relações funcionais, esta é estabelecida pela valência semântica do verbo identificado em cada conceito, que se interliga à função original de um dos conceitos, que pode ser entendido como forma de ação implícita em cada conceito relacionado em um mesmo evento.

Os conceitos, assim entendidos, possuem propriedades que os tornam entidades definíveis, identificadas como: "fonte de saber, rígida definição, mantém muitas conexões, constituição muito específica, pertencente a uma certa categoria, etc." (Dahlberg, 1978b, p.15). Para isso, verifica-se o potencial de intenção e de extensão de um conceito. Para o entendimento desse potencial, é possível dizer que:

A *intenção do conceito* é a soma total de suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras. Na representação da intenção do conceito

⁵ Processo de representação/classificação propiciará a relação taxonomia/mathesis. Entendendo-se que a "mathesis" não poder ser considerada como uma matriz, um molde, mas antes o princípio de representação que norteia a construção dos conceitos. Ela está em uma esfera paradigmática (Foucault, 1992).

⁶ Conforme dito anteriormente por Dodebei (1997), esse processo de *Semiose Ilimitada* pode ser aqui entendido como um processo semelhante, se não fundante, daquele de formação dos conceitos.

⁷ "Grupo de características comuns que distinguem determinados artefatos, ou seus restos, de outros semelhantes [...] O conceito de tipo pode ser estendido a conjuntos culturais como um todo, tornando-se sinônimo de Configuração Cultural." (Mendonça de Souza, 1997, p.123).

numa definição nem todos os conceitos genéricos necessitam ser mencionados. (Dahlberg, 1978c, p.105)

E:

A *extensão do conceito* pode ser entendida como a soma total dos conceitos mais específicos que possui. Pode ser também entendida como a soma dos conceitos para os quais a intenção é verdadeira, ou seja, a classe dos conceitos de tais objetos dos quais se pode afirmar que possuem aquelas características em comum que se encontram na intenção do mesmo conceito. (Dahlberg, 1978c, p.105)

Como as naturezas dos conceitos são definidas pelos campos de conhecimento a que estão relacionadas, são muito variadas. Para a definição e análise do que seriam estes conceitos, recorreu-se a Dahlberg (1978a, p. 17) que considera que:

[...] a verificação de características é chamada de *análise de conceitos*. Análise de conceitos é possível de ser considerada como a representação do entendimento dos fatos sobre um assunto, o item de referência. Essa é uma coisa absolutamente vital para a estruturação do conhecimento humano.

Nós podemos definir conceito científico como a unidade de conhecimento que sintetiza as características da declaração do item de referência através do termo ou nome, o conceito científico geral como o conceito científico qualquer que sintetiza a característica necessária única, o conceito científico individual como um conceito científico qualquer que sintetize as características necessárias e acidentais.

Os conceitos científicos possuem dois tipos básicos de características na sua constituição: as essenciais e as acidentais. As características essenciais são aquelas que definem os conceitos gerais, que incorporam as essências constitutivas, onde se obtêm a substância e a estrutura do conceito, e as essências consecutivas, onde se obtêm as propriedades do que se está representando. As características acidentais são aquelas que definem os conceitos individuais, incorporando aquelas características gerais, tais como, forma, cor, textura ou outras, e as individualizantes,

que localizam o conceito em certo tempo e espaço. Na elaboração do discurso, deve-se propiciar a aglutinação das características essenciais com as acidentais, por considerar-se que somente assim é que se pode chegar à essência dos conceitos gerais.

No processo de transferência da informação, o papel dos conceitos está intimamente ligado à recuperação da informação. Nesse sistema, a classificação e organização são baseadas quando se considera que a formação dos conceitos se dá como as formas organizacionais similares aos mecanismos ou operações mentais, como é apontado por Farradane (Datta, 1977). E com base em Datta (1977, p.17) estabelece uma tipologia de conceitos, onde:

Os quatro tipos básicos de conceitos, denominados por Guilford, de *figurativo*, *simbólico*, *semântico* e *comportamental*, são explicados da seguinte maneira: conceitos *figurativos* são os que derivam dos dados perceptivos, isto é exteriorização de objetos e entidades; conceitos *simbólicos* são aqueles que simbolizam coisas, por exemplo, número de palavras; conceitos *semânticos* são aqueles que expressam significados e noções dinâmicas; conceitos *comportamentais* denotam sentimentos e emoções.

Para a efetiva transferência da informação, há necessidade de uma organização e classificação dos conceitos em unidades que possibilitam a interlocução entre membros de uma mesma comunidade discursiva. Esses conceitos podem ser entendidos como foi explicitado por Datta (1977, p.18), para quem os conceitos “são definidos por padrões mentais representados simbolicamente por palavras simples ou compostas, e as expressões das relações entre elas.” E como são definidos os conceitos? O que é essa definição? A definição pode ser encarada como a linha de limite, onde se dá a explanação do sentido de um conceito, com base nos seus objetos de referência, sendo indispensáveis na elaboração e comunicação dos discursos científicos e também como elementos para o crescimento de uma área do conhecimento. As definições são realizadas a partir de observações sobre o objeto, procurando extrair dele atributos, características que o façam de modelo de todo um conjunto de objetos,

teoricamente pertencentes à mesma classe, expressas de forma discursiva. Assim:

Fazer uma definição equivale a estabelecer uma "equação de sentido", sendo que, de um lado (à esquerda) encontramos aquilo que deve ser definido (o *definiendum*) e do outro (à direita) aquilo pelo qual alguma coisa é definida (o *definiens*). (Dahlberg, 1978a, p.106)

O principal instrumento de representação adotado no processo de comunicação científica, nos mais diferentes campos, são os conceitos formulados para dar conta dos estudos do fenômeno. O foco principal do método, aqui adotado, está centrado na análise de conceitos. Como conceito, considera-se a definição de Dahlberg (1978a, p.5): "[...] unidade do conhecimento, compreendendo *afirmações verdadeiras* sobre um dado *item de referência*, representado por uma *forma verbal*". Dahlberg (1978a, p.5) dissecou sua definição, identificando seus três componentes principais, que são:

[...]

(2) afirmação verdadeira é o componente de um conceito que expressa um atributo do seu item de referência".

(3) item de referência é o componente de um conceito para qual sua afirmação verdadeira e sua forma verbal estão diretamente relacionadas, sendo assim o seu referente.

(4) forma verbal (termo/nome) de um conceito é o componente que resume convenientemente ou sintetiza e representa um conceito com o propósito de designar um conceito de comunicação.

A primeira definição do componente do conceito, a *afirmação verdadeira* dá-se pela intenção de definir-se uma unidade de representação. No caso dos *itens de referência* podem ser entendidos como os atributos considerados como referência de um determinado objeto, já que o determinam as características que serão consideradas para a representação. Para o componente de chamado de *forma verbal*, pode ser substituído pela expressão *termo*, como a expressão verbal daquilo que se quer representar.

Quanto à representação gráfica dos componentes de um conceito, observa-se que se

aproxima em muito do triângulo semiótico. Os componentes: *afirmação verdadeira*, ou seu equivalente, *item de referência*, ou equivalente, e *termo* apresentam analogias com *signo-interpretante*, *signo-objeto* e *signo-veículo*. Não se deve esquecer, entretanto, que dentro desse modelo de formação de conceitos há a questão do *universo dos itens* e do *universo do discurso*, sendo o primeiro a base para a formação dos conceitos, e o segundo para a sua aplicação. Então, para uma categorização apropriada dos conceitos, deve-se seguir uma categorização, *a priori*, do referente.

Nesse prisma deve-se observar que conceito e signo se assemelham principalmente pelo processo de significação. Essa aproximação revela-se quando os conceitos são observados em seu contexto específico, ou seja, no cotidiano de sua prática, que se dá na esfera da construção dos discursos, onde se permite a permeabilidade e mutabilidade dos conceitos, enquanto formas físicas, e a relativização (Da Matta, 2000) da sua significação.

Isso se dá porque o discurso é um evento material, mesmo não sendo da ordem dos corpos, consistindo, antes, na relação, ação, sobreposição, atuação, fricção e escolha de elementos da esfera material, que se produz como efeito e em uma distribuição material. Mas essa situação do discurso, e sua representação, não estão isentas da introdução em sua raiz do acaso e da descontinuidade. Para minimizar esse perigo, adota-se a prática sugerida por Foucault (1992), de dispor a análise em dois conjuntos, o conjunto crítico e o conjunto genealógico. Entendemos como conjunto crítico aquele que:

[...] põe em prática o princípio da inversão: procura cercar as formas de exclusão, da limitação, da apropriação [...] mostrar como se formaram, para responder as necessidades, como se modificam e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medidas foram contornadas (Foucault, 1992, p.60).

Quanto ao conjunto genealógico, seria entendido como aquele que:

[...] põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada

uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação (Foucault, 1992, p.60).

Portanto o seu conjunto crítico fundamentar-se-á no grau de permeabilidade que as unidades de representação possuam. Esse grau de permeabilidade será observado a partir do conjunto de paradigmas classificatórios e de representação que as diferentes abordagens de pesquisa, de um determinado campo, elegem como mais adequadas a determinados tipos de manifestações, e como dirigem a construção desses processos de representação da informação recuperada.

Com o conjunto crítico definido, a etapa seguinte consiste na identificação do conjunto genealógico, por meio de seus principais autores, considerando como atributos dessa identificação o tipo de literatura produzida, a literatura de cunho interpretativo e a sintética, ou seja, que o conhecimento produzido por esses autores esteja incluído no conhecimento central da área, principalmente; e o conhecimento periférico, como atributo alternativo (conforme foi definido e discutido por Jaenecke (1994)). Nas análises de domínio e de assunto, espera-se chegar até a *mathêsis* de representação de cada linha metodológica identificada.

A identificação da *mathêsis* de representação é de fundamental importância para se estabelecer o *nexo* de construção de cada sistema de representação de uma dada especialidade ou temática de um campo. Nessa tônica, a *mathêsis* alcançaria um status de princípio ontológico do sistema de representação, estabelecendo a relação desses princípios com as formas de interpretação. Tal relação visaria à confrontação dos autores, e seus respectivos contextos, com os fundamentos de cada uma dessas linhas, verificando a sua coerência e adequação. Essa confrontação se dará pela justaposição da *mathêsis* representacional de cada autor com os termos utilizados e com os itens de referência.

A determinação das *mathêsis* de cada um dos conceitos efetua-se pela identificação dos principais atributos de referência que os compõem e definem, localizados dentro do conjunto de atributos definidores. E é a partir da análise comparativa desses escopos definidores que se efetiva a compreensão do poder de representação e de transferência de informação que

cada conceito possui, e quais os problemas que essas construções podem acarretar, tanto para o especialista em particular, quanto para interlocutores afeitos ao fenômeno, mas de outras especialidades.

A Semiótica e o Conceito

Como consideração que possam ser apresentadas neste trabalho, optou-se pela proposição de uma série de instrumentos teóricos que possam configurar uma metodologia para abordagem e estudo dos conceitos, por meio da exposição da relação entre os componentes do fenômeno *conceito* e o *signo* da teoria semiótica. Para o embasamento metodológico de um estudo que pretenda abordar a questão da análise dos conceitos, um dos pilares é a teoria semiótica, elaborada por Peirce (1985), que estabelece a tricotomia do *signo*, e a figura mais importante, para o presente caso, é o *interpretante*, que é visto como a instância onde há a construção do significado, da recuperação da Informação. E esse significado, ou informação, somente é alcançado pelo processo de *semiose ilimitada* (Eco, 1980, p.60), uma vez que:

[...] ela nos mostra como a significação (e a comunicação), por meio de deslocamentos contínuos que referem um *signo* a outros *signos* ou a outras cadeias de *signos*, circunscreve as unidades culturais de modo assintótico, sem conseguir jamais “tocá-las” diretamente, mas tornando-as acessíveis através de outras unidades culturais. Desse modo, uma unidade cultural nunca precisa ser substituída por algo que não seja uma entidade semiótica [...] A semiose explica-se por si só.

Essa contínua circularidade é a condição normal da significação e é isto que permite o uso comunicativo dos *signos* para referir-se às coisas.

O outro pilar sobre o qual se assenta essa proposta metodológica voltada ao entendimento dos mecanismos de representação e transferência da informação é a análise do discurso como apresentada por Foucault (1996), que retoma o discurso em sua característica de acontecimento, quebrando, assim, a supremacia e atenção do *significante*. O primeiro

princípio observado por Foucault é o da *inversão* (1996, p.51), que é a instância onde se pode reconhecer a fonte dos discursos, de sua expansão e de sua continuidade, identificando um jogo negativo que recorta e, dessa forma, promove a rarefação do discurso.

Outro princípio a ser considerado no discurso é o da *descontinuidade* (Foucault, 1996, p.52), que se prende ao caráter fragmentário do discurso. Isso se deve ao fato de que, mesmo ocorrendo a rarefação dos discursos, eles, realmente, constituem-se em práticas descontínuas, que podem se entrecruzar, se excluir ou mesmo se ignorar. Quanto ao princípio da *especificidade* (Foucault, 1996, p.53), visa relativizar o jogo de significações do discurso, uma vez que este é considerado uma imposição que se coloca às coisas do mundo. O mundo se apresenta aos sentidos em forma de uma prática de constante adequação e modelagem, e é nesta prática e imposição que o discurso encontra os princípios de sua regularidade. E dentro desta regularidade, de acordo com condições específicas, dá-se a sua originalidade.

O quarto princípio citado pelo autor é o da *exterioridade* (Foucault, 1996, p.53), como a faceta do discurso de se reconstruir na esfera exterior do sujeito. A partir da sua exposição, o discurso passa por condições externas de possibilidade de formação da significação. Essa possibilidade é dada na interação do discurso com os interpretantes de seus interlocutores.

Esses quatro princípios permitem ao discurso ter um modo regulador para sua análise, entrevendo do acontecimento à criação, da série à unidade, da regularidade à originalidade e da condição de possibilidade à potência de significação. Com isso se dá o aporte histórico para a análise do discurso, já que a análise da história se dá em níveis a serem decapados, das camadas mais superficiais até as mais profundas do discurso, uma escavação arqueológica do discurso.

Definindo assim a série da qual esse discurso faz parte, estabelecendo as regularidades e inovações dos fenômenos e os limites de sua probabilidade emergencial, configuram-se as condições das quais o discurso depende para ocorrer, aproximando-se de uma história viva. Os princípios de formação do discurso

também são aqueles que atuam nos mecanismos de representação, já que a gênese do discurso se aproxima em muito das formas de representação das ciências, em especial as humanas e sociais, lócus de origem e desenvolvimento.

Vários são os processos de representação disponíveis para a informação científica dos mais diversos campos, indo desde as colocações teóricas acerca da representação do conhecimento até as formas mais pragmáticas de classificação usadas por cada disciplina. No caso da teoria de representação, um dos fundamentos usados é o de Foucault (1992), que observa a dicotomia entre o objeto de representação (no caso a informação) e as representações em si desses objetos (no caso, os seus signos), sem negligenciar o fator tradição, e a *mathêsis* da representação.

O estudo dos conceitos fundamenta-se principalmente na identificação e recuperação da literatura produzida, referente a cada disciplina específica. A coleta de material dentro da literatura dá-se de modo a coletar as unidades de representação de acordo com a sua identificação, procurando dar conta de um largo período de tempo, tendo como base os principais autores especialistas e que constroem as unidades de representação, desde os mais clássicos e conhecidos nos escopos de cada campo do conhecimento. Essa união entre autores clássicos com outros menos conhecidos propicia uma maior amplitude no tratamento e definição da dinâmica dos conceitos, já que a literatura considerada para a coleta dos conceitos é aquela composta pelos trabalhos e estudos que apresentem definições de conceitos utilizados.

Com a identificação e seleção dos tipos de fontes, o passo seguinte é a identificação das estruturas teórico-conceituais que ordenem os processos metodológicos elaborados em cada uma das linhas de pesquisa em uma dada disciplina particular. Essa identificação tem como objetivo construir o quadro do fundamento ideológico de cada segmento da comunidade científica, de forma a apresentar o contexto de desenvolvimento do campo específico e sua relação com o que ocorre nas estruturas teóricas maiores - como, por exemplo, o estruturalismo, materialismo histórico, etc., para o caso das ciências humanas e sociais - por meio dos paradigmas⁸ formadores desse pensamento.

⁸ Esses paradigmas, basicamente, são definidos pelo processo histórico de formação de uma especialidade dentro de um campo científico.

Com o quadro teórico estruturado, passa-se a tratar exclusivamente dos conceitos que são usados pela comunidade que aborda uma determinada temática, em uma especialidade determinada. Para tanto, identificam-se os eixos formadores dessas linhas de pesquisa,

principalmente no tocante à sua representação. Com essa identificação feita, o que se busca é a relação entre estas linhas e os processos de representação da informação, o modo como são utilizados e a relevância⁹ de tais princípios para a interpretação do fenômeno.

REFERÊNCIAS

BELKIN, N.J.; ROBERTSON, S.E. Information science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, p. 197-204, 1976.

CASSIRER, E. *Antropologia filosófica*. 2.ed. Tradução de Vicente Félix Queiroz. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CHORLEY, R.J.; HAGGETT, P. *Modelos físicos e de informação em geografia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. 260p.

DAHLBERG, I. A Referent: oriented, analytical concept theory for interconcept. *Internacional Classifications*, v.5, n.3, p.142-151, 1978a.

DAHLBERG, I. *Ontical structure and universal classifications*. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1978b. 64p.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v.7, n.2, p.101-107, 1978c.

DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DATTA, S. A organização de conceitos para a recuperação da informação. *Ciência da Informação*, v.6, n.1, p.17-28, 1977.

DODEBEI, V.L.D.L.M. *O sentido e o significado do documento para a memória social*. 1997. 173f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ECO, U. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Coleção Estudos).

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6.ed. Tradução de Salimas T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 407p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 2.ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 79p.

GARDIN, J.C. Semiotic trends in archaeology. In: GARDIN, J.C. *Representations in archaeology*, Bloomington: University of Indiana, 1992. p.87-104.

GONZALÉZ DE GOMEZ, M.N. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, v.22, n.3, p.217-222, 1993.

HØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 46, n.6, p.400-425, 1995.

JAENECKE, P. To what end knowledge? *Knowledge Organization*, v.21, n.1, p.3-11, 1994.

JARDIM, J.M. *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Classificação, classificações: um estudo de tentativa, erro, arbitrariedade e sucesso, na produção do conhecimento científico*. Rio de Janeiro, PPGCI/IBICT/UFRJ, [2000].

MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C. *Dicionário de arqueologia*. Rio de Janeiro, ADESA, 1997.

PEIRCE, C.S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977. (Coleção Estudos, n.46).

PEIRCE, C.S. *Semiótica e filosofia: textos escolhido de Charles Sanders Peirce*. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

POPPER, K.R. *Conjecturas e refutações: o processo do conhecimento científico*. Tradução de Sérgio Bath. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

VICKERY, B.C. *Faceted classification: a guide to construction and use of special schemes*. London: Aslib, 1960.

ZEMAN, J. O significado filosófico da noção de informação. In: ZEMAN, J. *O conceito de informação na ciência contemporânea: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p.154-179.

⁹ Como foi discutido e entendido por Saracevic (1970).